



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO  
- Meio Ambiente e Patrimônio Cultural -**

OFÍCIO nº 144/2021- 4ª CCR

A Sua Excelência o Senhor

**CLAUDIO DREWES JOSE DE SIQUEIRA**

Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal

SGAS, Q. 603/604, Lote 23 - Asa Sul

70.200-640 Brasília - DF

Ref.: PIC - 1.23.000.000301/2020-35

Assunto: **Notícia de fato**

Senhor Procurador-chefe,

Com meus cordiais cumprimentos, tendo em vista a deliberação do colegiado da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão – 4CCR/MPF, no julgamento da Promoção de Arquivamento PIC - 1.23.000.000301/2020-35 (cópia do voto anexa), ocorrido na 585ª Sessão Ordinária de Revisão, de 07 de abril do corrente ano, encaminho a essa Procuradoria da República no Distrito Federal notícia de fato para fins de apuração de eventual responsabilização criminal e por ato de improbidade administrativa do atual Presidente do IBAMA, Eduardo Fortunato Bim, ante a expedição de despachos que liberam a exportação de madeira sem fiscalização ambiental, facilitando o cometimento de ilícitos ambientais.

A propósito, cumpre destacar a ementa do julgado que, por unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento<sup>[1]</sup>:

**PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. NOTÍCIA DE FATO CRIMINAL. MEIO AMBIENTE. FLORA. MADEIRA. GF SISFLORA ESTADUAL. AUTORIZAÇÃO DE EXPORTAÇÃO DO IBAMA. AUSÊNCIA. DESPACHO INTERPRETATIVO DO PRESIDENTE DO IBAMA. INSTRUÇÕES NORMATIVAS 15/2011 e 21/2014 DO IBAMA. TIPICIDADE. MATÉRIA**

## **JORNALÍSTICA JUNTADA. FOLHA DE SÃO PAULO. ATOS DO PRESIDENTE DO IBAMA. REMESSA DE CÓPIA DOS AUTOS À PRDF.**

1. Não cabe o arquivamento de procedimento investigatório criminal instaurado para apurar o delito do art. 46, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98 referente à conduta de exportar 20,374 (vinte vírgula trezentos e setenta e quatro) m<sup>3</sup> de decking de madeira da espécie Maçaranduba, sem autorização de exportação, em Belém/PA, tendo em vista que: (i) tanto a IN nº 15/2011 como a IN nº 21/2014 regulamentam o funcionamento do DOF, sendo esta última disciplinadora, também, do Sistema Sinaflor, não cabendo falar em revogação da mais antiga pela mais recente; (ii) as duas INs tratam de etapas diferentes do controle e fiscalização do comércio exportador do produto vegetal; (iii) a declaração no Sisdof e Sisflora é realizada apenas pelo próprio usuário/exportador, ou seja, autodeclaratória, não sendo suficiente para substituir outras modalidades fiscalizatórias; (iv) a IN nº 15/2011 dispõe que, para a obtenção da Autorização de Exportação, o interessado deve se apresentar na unidade do Ibama do entreposto aduaneiro, para fins de inspeção e liberação da carga, além de apresentação de uma série de documentos previstos em seu artigo 4º; (v) a GF/Sisflora é apenas um dos documentos que passam por inspeção do Ibama antes que seja emitida a autorização para a exportação do produto vegetal; (vi) a GF Sisflora não pode ser o único documento exigido para a exportação da madeira nativa, considerando que o Sinaflor não abrange todos os itens/mecanismos de fiscalização necessários para o controle da madeira à exportação, que são exigidos na expedição da Autorização de Exportação (IN nº 15/2011); (vii) são altos os índices de fraudes em guias de produtos florestais, constatados em inúmeras operações do MPF, como na Arquimedes, o que reforça a ineficácia da utilização de apenas um desses documentos para coibir a exportação ilegal de madeira; e (viii) permitir que o DOF ou a Guia GF Sisflora seja o único documento exigido nas operação de exportação, é reduzir a capacidade e abrangência da fiscalização bem como fomentar a exploração ilegal de madeira, o que pode ocasionar danos ambientais incalculáveis e irreversíveis à vegetação nativa do Brasil.

2. O Despacho Interpretativo nº 7036900/2020 - GABIN, do presidente do Ibama não possui o condão de tornar lícita a exportação de produtos florestais do Brasil, sem a autorização do órgão federal de proteção ao meio ambiente, afastando a tipicidade do crime decorrente de ausência da Autorização de Exportação para a mercadoria destinada ao comércio exterior pelo investigado, sob pena de dar impulso à ineficácia na fiscalização de exportação ilegal de produtos vegetais nativos (sobretudo madeira).

3. Considerando a matéria jornalística veiculado por meio da rede mundial de computadores (internet), via sítio eletrônico do UOL, intitulada “Despachos de presidente do Ibama facilitaram circulação de madeira ilegal, dizem técnicos do órgão”, faz-se necessária a juntada do respectivo artigo jornalístico nos autos do procedimento, com extração e envio de cópia integral dos autos à Procuradoria da República no Distrito Federal como notícia de fato, para fins de apuração de eventuais crimes e atos de improbidade praticados pelo Presidente do Ibama.

4. Voto pela não homologação do arquivamento e pela designação de outro membro para dar continuidade à investigação, para comprovação da materialidade e identificação da autoria. Determinação de remessa integral de cópia dos autos à PR/DF, como notícia de fato em relação ao item 3, e de comunicação à Assessoria de Imprensa da PGR sobre as medidas ora adotadas.

Esclareço que tais fatos foram amplamente divulgados pela mídia nacional, representada, ilustrativamente, por algumas reportagens que me permito referenciar:

<https://oglobo.globo.com/sociedade/presidente-do-ibama-se-reuniu-com-madeirasas-multadas-em-26-milhoes-antes-de-afrouxar-regras-para-exportacao-24766354>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/11/despachos-de-presidente-do-ibama-facilitaram-circulacao-de-madeira-ilegal-dizem-tecnicos-do-orgao.shtml>

[https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/04/demonizar-trabalho-de-empresario-de-madeira-so-vai-aumentar-desmatamento-diz-salles.shtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwa](https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/04/demonizar-trabalho-de-empresario-de-madeira-so-vai-aumentar-desmatamento-diz-salles.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa)

Por fim, solicito a prestação de informações a esta 4CCR sobre as medidas eventualmente adotadas por essa PRDF relativamente aos fatos noticiados, inclusive do número do procedimento instaurado e do procurador responsável, para fins de acompanhamento.

Atenciosamente,

*(assinado e datado digitalmente)*

**JULIETA ELIZABETH FAJARDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE**  
Subprocuradora-Geral da República  
Coordenadora em Exercício

---

Notas

1. <sup>^</sup> Link para o procedimento: <https://portal.mpf.mp.br/unico/unico-v2/app/modules/extraJudicial/principal/ProcedimentoExtrajudicialView.html#/procedimentoExtrajudicial/100833662>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

**Relator:** Procurador Regional da República Marcus Vinicius Aguiar Macedo

**Voto n°:** 2506/2020/4ª CCR

**Origem:** PR- PA

**Número:** PIC - 1.23.000.000301/2020-35

**Procurador da República oficiante:** Felipe Giardini

**PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. NOTÍCIA DE FATO CRIMINAL. MEIO AMBIENTE. FLORA. MADEIRA. GF SISFLORA ESTADUAL. AUTORIZAÇÃO DE EXPORTAÇÃO DO IBAMA. AUSÊNCIA. DESPACHO INTERPRETATIVO DO PRESIDENTE DO IBAMA. INSTRUÇÕES NORMATIVAS 15/2011 e 21/2014 DO IBAMA. TIPICIDADE. MATÉRIA JORNALÍSTICA JUNTADA. FOLHA DE SÃO PAULO. ATOS DO PRESIDENTE DO IBAMA. REMESSA DE CÓPIA DOS AUTOS À PRDF.**

1. Não cabe o arquivamento de procedimento investigatório criminal instaurado para apurar o delito do art. 46, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98 referente à conduta de exportar 20,374 (vinte vírgula trezentos e setenta e quatro) m<sup>3</sup> de decking de madeira da espécie Maçaranduba, sem autorização de exportação, em Belém/PA, tendo em vista que: **(i)** tanto a IN nº 15/2011 como a IN nº 21/2014 regulamentam o funcionamento do DOF, sendo esta última disciplinadora, também, do Sistema Sinaflor, não cabendo falar em revogação da mais antiga pela mais recente; **(ii)** as duas INs tratam de etapas diferentes do controle e fiscalização do comércio exportador do produto vegetal; **(iii)** a declaração no SisdoF e Sisflora é realizada apenas pelo próprio usuário/exportador, ou seja, autodeclaratória, não sendo suficiente para substituir outras modalidades fiscalizatórias; **(iv)** a IN nº 15/2011 dispõe que, para a obtenção da Autorização de Exportação, o interessado deve se apresentar na unidade do Ibama do entreposto aduaneiro, para fins de inspeção e liberação da carga, além de apresentação de uma série de documentos previstos em seu artigo 4º; **(v)** a GF/Sisflora é apenas um dos documentos que passam por inspeção do Ibama antes que seja emitida a autorização para a exportação do produto vegetal; **(vi)** a GF Sisflora não pode ser o único documento exigido para a exportação da madeira nativa, considerando que o Sinaflor não abrange todos os itens/mecanismos de fiscalização necessários para o controle da madeira à exportação, que são exigidos na

expedição da Autorização de Exportação (IN nº 15/2011); **(vii)** são altos os índices de fraudes em guias de produtos florestais, constatados em inúmeras operações do MPF, como na Arquimedes, o que reforça a ineficácia da utilização de apenas um desses documentos para coibir a exportação ilegal de madeira; e **(viii)** permitir que o DOF ou a Guia GF Sisflora seja o único documento exigido nas operação de exportação, é reduzir a capacidade e abrangência da fiscalização bem como fomentar a exploração ilegal de madeira, o que pode ocasionar danos ambientais incalculáveis e irreversíveis à vegetação nativa do Brasil.

**2.** O Despacho Interpretativo nº 7036900/2020 - GABIN, do presidente do Ibama não possui o condão de tornar lícita a exportação de produtos florestais do Brasil, sem a autorização do órgão federal de proteção ao meio ambiente, afastando a tipicidade do crime decorrente de ausência da Autorização de Exportação para a mercadoria destinada ao comércio exterior pelo investigado, sob pena de dar impulso à ineficácia na fiscalização de exportação ilegal de produtos vegetais nativos (sobretudo madeira).

**3.** Considerando a matéria jornalística veiculado por meio da rede mundial de computadores (internet), via sítio eletrônico do UOL, intitulada “*Despachos de presidente do Ibama facilitaram circulação de madeira ilegal, dizem técnicos do órgão*”, faz-se necessária a juntada do respectivo artigo jornalístico nos autos do procedimento, com extração e envio de cópia integral dos autos à Procuradoria da República no Distrito Federal como notícia de fato, para fins de apuração de eventuais crimes e atos de improbidade praticados pelo Presidente do Ibama.

**4 .** Voto pela não homologação do arquivamento e pela designação de outro membro para dar continuidade à investigação, para comprovação da materialidade e identificação da autoria. Determinação de remessa integral de cópia dos autos à PR/DF, como notícia de fato em relação ao item 3, e de comunicação à Assessoria de Imprensa da PGR sobre as medidas ora adotadas.

Trata-se de notícia de fato criminal autuada no âmbito da Procuradoria da República do Pará, apurar o delito do art. 46, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98 referente à conduta de exportar 20,374 (vinte vírgula trezentos e setenta e quatro) m<sup>3</sup> de *decking* de madeira da espécie Maçaranduba, sem autorização de exportação, em Belém/PA.

O Procurador da República oficiante, Felipe Giardini, promoveu arquivamento argumentando ausência de ilegalidade, pois a exportação da madeira teria ocorrido em conformidade com a Instrução Normativa 21/2014 do Ibama, nota técnica e despacho do Presidente do Ibama, que consideram não mais ser necessária a autorização específica para a

destinação do produto vegetal ao exterior, mas tão somente a Guia Florestal do Estado do Pará (GF/Sisflora), que no Estado do Pará é substituta do DOF.

O Membro oficiante consignou que “... *segundo o órgão ambiental competente, nos termos do Despacho nº 7036900/2020-GABIN e da Instrução Normativa 21/2013 do Ibama, não é necessária uma dupla autorização para exportação de madeira (autorização de exportação e DOF Exportação/Guia Florestal Estadual)*”.

### **É o Relatório.**

O Documento de Origem Florestal – DOF – foi instituído em 2006, pela Portaria nº 253, de 18/08/06, em substituição à Autorização de Transporte de Produtos Florestais (ATPF) para o controle e monitoramento do transporte e subprodutos de origem florestal nativa. Posteriormente, este documento foi reconhecido pelo atual Código Florestal (artigo 36 da Lei nº 12.651/2012).

O DOF lastreia-se em créditos de produtos florestais concedidos pelo órgão ambiental federal (Ibama) em nome do responsável pela área a ser explorada. É de responsabilidade do explorador do produto vegetal o lançamento no Sistema DOF (Sisdof) em cada operação realizada, devendo o volume transportado/comercializado ser compatível com os dados constante nesse Sistema.

A madeira é rastreada e fiscalizada por meio de emissão da Guia DOF que é deduzida dos créditos gerados, documento que deve acompanhar a madeira desde a origem até a destinação final do produto florestal (destinatário), no caso, até o porto em se tratando de exportação, para o seu desembarço aduaneiro.

Como a declaração no Sisdof é realizada pelo próprio exportador, ou seja, autodeclaratória, sem passar pelo controle direto do Ibama, está sujeita a erros e muitas vezes má-fé, portanto, insuficiente para o controle da legalidade do produto vegetal destinado à exportação, necessitando de ações diretas fiscalizatórias, como inspeções por amostragem in loco.

A Instrução Normativa nº 15/11 dispõe que o envio de produtos e subprodutos madeireiros destinados a feiras, exposições, testes ou à promoção comercial no exterior, necessita de autorização de exportação (artigo 3º), com exigência de apresentação de vários

documentos perante o Ibama (artigo 4º), além da realização de inspeção direta por amostragem da carga destinada à exportação (artigo 10), *in verbis*:

Art. 3º O envio de produtos e subprodutos madeireiros destinados a feiras, exposições, testes ou à promoção comercial no exterior está sujeito à autorização conforme disposto esta Instrução Normativa.

*Art. 4º Para solicitação de autorização de exportação o interessado deverá apresentar na Unidade do Ibama, que jurisdiciona o entreposto aduaneiro, para fins de inspeção e liberação, os seguintes documentos: I - cópia do Registro de Exportação - RE do Sistema de Comércio Exterior – SISCOMEX; II - cadastro na categoria de exportador no Cadastro Técnico Federal III - cópia do documento fiscal (nota fiscal); IV - romaneio da mercadoria; V - autorização de transporte de produto florestal adotada pelo órgão ambiental competente; VI - certificado ou licença para as espécies constantes dos anexos da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção – CITES. VII - despacho de exportação.*

[...]

*Art. 10. Os produtos e subprodutos obrigados à autorização de exportação pelo Ibama serão inspecionados por amostragem, preferencialmente a granel ou "carga solta" em armazéns da retro-área, conferindo os seguintes itens: I – volume; II - espécie (nome científico); III - produtos, com respectivo grau de industrialização; e III - marca do lote Parágrafo único. A inspeção de mercadoria poderá ser realizada em contêiner, podendo o Ibama solicitar a retirada total ou parcial da mercadoria quando julgar necessário.*

Como se vê, a Autorização de Exportação estabelece várias providências/exigências (como controle e fiscalização in loco) para a liberação da madeira destinada a outros países, medidas fiscalizatórias que não podem ser realizadas apenas por meio do DOF. A autorização de exportação é essencial para se evitar a exportação ilegal e o aumento do desmatamento em território brasileiro.

Nesse sentido, verifica-se que, para a obtenção da Autorização de Exportação, o exportador deve apresentar pessoalmente, na unidade do Ibama do entreposto aduaneiro, para fins de inspeção e liberação da madeira, uma série de documentos, previstos no artigo 4º acima transcrito, sendo o DOF (ou Guia GF Sisflora) apenas um dos documentos que passam pela inspeção do Ibama antes da exportação do produto vegetal.

Por outro lado, constata-se que a IN nº 21/2014 regulamenta o Sinaflor observando os preceitos da IN nº 15/2011. Contudo, tal Sistema ainda não foi implementado em todo o território nacional - há unidades da federação não plenamente integradas a ele, com

destaque para os Estados do Pará e Mato Grosso, que respondem por grande parte da madeira ilegal comercializada em território brasileiro e destinada ao exterior, não se podendo falar em substituição/caducidade dos mecanismos de controle previstos na IN 15/2011.

O Sinaflor contém informações de planos de manejo e pedidos de autorização de supressão de vegetação, declarações de corte, e mais um conjunto de dados que pretende abranger a cadeia produtiva dos produtos florestais, todos, ressalte-se, inseridos pelo próprio usuário, e não pelo Ibama, além de não abranger todas as etapas de controle previstas na expedição da Autorização de Exportação (IN nº 15/2011).

Em razão de as INs tratarem de etapas diversas do controle e fiscalização, descabida a interpretação de que houve revogação da IN nº 15/2011 para afastar a exigência da Autorização de Exportação. Reforçando este entendimento, frise-se que a utilização do Sisdof Exportação iniciou- e em 10 de janeiro de 2010, anteriormente à publicação da instrução normativa de 2011, a qual determina a expedição da Autorização de Exportação.

Ademais, não é possível que na exportação de madeira seja exigida apenas a Guia GF Sisflora (GUIA estadual substituta do DOF) sem controle do órgão federal ambiental. Isso porque o art. 7.º, XIX, da Lei Complementar n.º 140/2011, além das demais disposições legais já citadas, é expresso ao atribuir competência à União para “controlar a exportação de componentes da biodiversidade brasileira na forma de espécimes silvestres da flora, micro-organismos e da fauna, partes ou produtos deles derivados.”

Desse modo, permitir que o DOF ou a Guia GF/Sisflora seja equivalente à Autorização de Exportação é reduzir a capacidade e a abrangência da fiscalização, ocasionando um grave risco de danos à vegetação nativa do Brasil, em afronta direta e esvaziamento do núcleo central do direito fundamental da coletividade, em suas presentes e futuras gerações, e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Por outro lado, em que pesem a recomendação de estruturação de sistemas de análise de riscos e utilização de ferramentas de inteligência investigativa para o mapeamento de possíveis ilícitos, não se pode, sem a constatação da efetividade de tais medidas, suprimir ou reduzir o arcabouço de proteção atualmente existente.

Assim, concluir que o Despacho Interpretativo nº 7036900/2020 – GABIN, do presidente do Ibama torna lícita a exportação sem a autorização do órgão federal de proteção



ao meio ambiente, afastando a ilegalidade da ausência da Autorização de Exportação para a mercadoria destinada ao comércio exterior pelo investigado, é dar impulso à ineficácia na fiscalização de exportação ilegal de produtos vegetais nativos (sobretudo madeira), o que impacta no aumento dos índices de desmatamento que já vem em uma crescente no território brasileiro, causando ainda mais danos ambientais irreparáveis ao meio ambiente das florestas brasileiras, sobretudo nos Biomas Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado e Pantanal-Matogrossense.

Por último, considerando matéria jornalística veiculado por meio da rede mundial de computadores (internet), via sítio eletrônico do UOL, intitulada “*Despachos de presidente do Ibama facilitaram circulação de madeira ilegal, dizem técnicos do órgão*”, **faz-se necessária a juntada do respectivo artigo jornalístico nos autos do procedimento, com extração e envio de cópia integral dos autos à Procuradoria da República no Distrito Federal como notícia de fato**, para fins de apuração de eventuais crimes e atos de improbidade praticados pelo Presidente do Ibama.

Ante ao exposto, em que pesem os fundamentos invocados pelo Procurador da República oficiante, **voto pela não homologação do arquivamento** e pela designação de outro membro para dar continuidade à investigação, para comprovação da materialidade e identificação da autoria. Determinação de **remessa integral de cópia dos autos à PR/DF**, como notícia de fato, em relação ao item 3, e de **comunicação à Assessoria de Imprensa da PGR sobre as medidas ora adotadas**.

Devolvam-se os autos à origem. Remeta-se cópia integral dos autos à PR/DF e, por último, comunique-se as providências ora adotadas à Assessoria de Imprensa da PGR, para divulgação.

*(assinado e datado digitalmente)*  
**MARCUS VINICIUS AGUIAR MACEDO**  
Procurador Regional da República

# FOLHA DE S.PAULO



DESMATAMENTO ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/DESMATAMENTO](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/desmatamento))

## Despachos de presidente do Ibama facilitaram circulação de madeira ilegal, dizem técnicos do órgão

Normas dizem respeito a documento de origem florestal; Eduardo Bim diz que elas permitem ao setor de fiscalização fazer um trabalho de inteligência

18.nov.2020 às 23h15

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/11/19/>)

**Vinicius Sassine** (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/vinicius-sassine.shtml>)

**BRASÍLIA** Dois despachos internos do presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Eduardo Fortunato Bim, tiveram como efeito uma maior recirculação de madeira ilegal no Brasil e uma ampliação das possibilidades de exportação irregular de madeira (<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/11/sem-conter-exploracao-ilegal-de-madeira-bolsonaro-exporta-culpa-para-europeus.shtml>) proveniente de espécies ameaçadas de extinção.

Além disso, houve uma queda de vistorias do produto in loco, nos portos, antes do envio para outros países, segundo técnicos do Ibama ouvidos pela **Folha** sob a condição de anonimato.

Nesta terça (17), em uma reunião virtual da cúpula do Brics, bloco que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou que divulgará uma lista de países que importam madeira ilegal (<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/11/alemanha-e-franca-compraram-madeira-ilegal-do-brasil-indicam-acoes-da-pf-bolsonaro-ameaca-europeus.shtml>), embora critiquem o país pelo desmatamento na Amazônia.

O primeiro despacho foi assinado por Bim em 14 de novembro de 2019. Ele aprovou um entendimento segundo o qual um comprador de madeira com o DOF (Documento de Origem Florestal) não pode ser responsabilizado se, depois, ficar constatada a fraude do documento.

Assim, os fiscais do Ibama não podem responsabilizar esse comprador "sem que haja demonstração de indícios de participação ou ciência quanto à ilicitude".

O despacho, inicialmente, não faz referência à apreensão da madeira, mas somente à isenção de responsabilização. Depois, o entendimento foi ampliado pela Diretoria de Proteção Ambiental, impedindo também a apreensão. Bim não se opôs.

Na prática, segundo técnicos ouvidos pela reportagem, isso resultou em permanência e recirculação da madeira ilegal no mercado; em redução de cautela por parte dos compradores; e em perda de poder fiscalizatório pelo Ibama.

"Se há uma confiança no sistema do Ibama, no DOF, parte-se do princípio de que está tudo certo. São Paulo, por exemplo, é o maior comprador de madeira do Pará. E, se não há indício de fraude, nada desabona uma operação de compra", disse o presidente do Ibama à **Folha**.

Bim confirmou que, inicialmente, o despacho se referia apenas a responsabilização.

Depois, por parte de uma diretoria do órgão, já em 2020, houve ampliação do entendimento, com impedimento de apreensão da madeira ilegal, caso não se comprove o envolvimento do comprador na fraude. "Eu poderia discordar, mas não mexi no processo", afirmou.

O segundo despacho interno do presidente do Ibama, com efeitos no sistema de combate a ilegalidades no comércio de madeira, foi assinado em 25 de fevereiro deste ano, terça-feira de Carnaval.

Um despacho interpretativo de Bim eliminou a necessidade de autorização de exportação de madeira, sendo necessário apenas o DOF.

O parecer chegou a eliminar a necessidade de autorização para todas as espécies, inclusive as ameaçadas de extinção.

A medida vigorou por pelo menos 45 dias, com flexibilização das regras para exportação de madeira de espécies da flora amazônica que correm o risco de desaparecer. Um novo parecer excluiu essas espécies da flexibilização instituída.

"O parecer não falava no artigo 9º, que trata dessas espécies ameaçadas de extinção. Como não falava, parecia que não precisava [da autorização de exportação, além do DOF]", disse Bim à **Folha**.

O presidente do Ibama decidiu, então, retificar o entendimento, com a cobrança de autorização de exportação para essas espécies. "Nestes casos, não se poderia abrir mão de um controle adicional", afirmou. As demais ficaram dispensadas do controle duplo.

As autorizações de exportação são feitas para as espécies ameaçadas de extinção, previstas em uma portaria do Ministério do Meio Ambiente de 2014, e para aquelas que cumprem exigências internacionais.

No Pará, são cerca de 3.000 processos de exportação por ano. Os casos de espécies ameaçadas equivalem a 10% a 15% desses processos.

As vistorias in loco nos portos foram reduzidas, segundo técnicos ouvidos pela reportagem. A fiscalização tem se resumido a uma análise dos documentos de exportação inseridos no sistema eletrônico.

Para o presidente do Ibama, não há relação da fiscalização in loco com seu despacho em fevereiro. "Não tenho ideia se houve redução da fiscalização nos portos. A nossa fiscalização já era aleatória, por amostragem."

Segundo Bim, o despacho permitiu ao setor de fiscalização fazer um trabalho de inteligência, com possibilidade de atuação semanas antes do direcionamento da madeira ao porto. "Não vejo relação entre as duas coisas [entre o despacho e a diminuição das vistorias]", disse.

O presidente do Ibama é homem de confiança do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles (<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/11/a-cada-23-dias-mpf-tenta-afastar-salles-do-cargo-de-ministro-do-meio-ambiente.shtml>). Os dois atuam em consonância na condução do órgão ambiental.

O novo entendimento do Ibama para exportação de madeira foi questionado na Justiça Federal no Amazonas em uma ação movida pelo ISA (Instituto Socioambiental), pelo Greenpeace Brasil e pela Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente.

O Ibama afirma ter tido duas decisões liminares (provisórias) a seu favor na ação.

### **sua assinatura vale muito**

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 120 colunistas. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

ASSINE A FOLHA ([//ASSINATURAS.FOLHA.COM.BR/410111](https://assinaturas.folha.com.br/410111))

### **ENDEREÇO DA PÁGINA**

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/11/despachos-de-presidente-do-ibama-facilitaram-circulacao-de-madeira-ilegal-dizem-tecnicos-do-orgao.shtml>